

Margarita Correia¹ e João Pedro Aido²

Mas afinal que história é esta de o português ser uma língua pluricêntrica?

Nos últimos três ou quatro anos começou a ouvir-se caracterizar o português como sendo uma ‘língua pluricêntrica’, no discurso oficial, nos jornais e até no contexto do ensino da língua portuguesa, quer como língua materna, quer como língua não materna.

Esta caracterização do português não nasceu do nada e, como tudo na vida, tem história, pais e padrastos, amigos e inimigos, e assim por diante. E tem consequências nas nossas vidas enquanto cidadãos e na nossa atividade enquanto professores. Foi por isso que os editores convidaram Margarita Correia, que considerou muito oportuno e aceitou com muito gosto o convite para organizar este número 4 da revista *Palavras - revista em Linha* da Associação de Professores de Português, dedicado ao ensino do português como língua pluricêntrica. Os principais objetivos desta publicação são, por um lado, discutir a questão, partilhar informação e esclarecer os conceitos e as razões por trás desta assunção, e, por outro, contribuir para desmistificar a questão da relação da norma com a variação linguística e refletir sobre os modos de incorporar estes princípios na prática letiva.

Mas, antes de mais, importa contextualizar, ainda que brevemente, a questão.

O que é uma língua pluricêntrica?

Podemos definir resumidamente língua pluricêntrica, com base em Clyne (1992)³, como um idioma com diferentes variedades-padrão. É uma língua com vários centros, cada um fornecendo uma variedade nacional, com pelo menos algumas das suas próprias normas (codificadas). No caso do português, a situação, no início do século XXI, poderia ser descrita como existindo duas variedades-padrão nacionais estabilizadas e codificadas, a do Brasil e a de Portugal, que constituem as variedades dominantes do português, a par de seis outras variedades nacionais (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), que apresentam diferentes graus de reconhecimento nos seus países, de implantação entre a população e de descrição.

Neste século a situação tem evoluído em vários países do universo de língua portuguesa, sendo de destacar, e.g., que, de acordo com os últimos dados de censos disponíveis, Angola e Moçambique têm assistido a um crescimento exponencial do uso do português, não apenas como língua segunda mas também como língua materna, especialmente nos grandes centros urbanos.

Em 1992, no volume editado por Clyne, acima referido, Alan N. Baxter publica um interessante artigo intitulado “Portuguese as a pluricentric language” (pp. 11-43), que retrata a realidade e o pensamento linguístico dominante sobre o português há 30 anos. Após a publicação deste trabalho, os termos ‘pluricentricidade’ e ‘língua pluricêntrica’ foram fazendo o seu caminho em trabalhos científicos de linguistas que estudam o português. Em Portugal, destaca-se o caso de Augusto Soares da Silva⁴, que tem produzido abundante bibliografia sobre o tema.

¹ Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Centro de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC).

² Associação de Professores de Português.

³ Cf. Clyne, Michael G. (1992). Pluricentric Languages – Introduction. In M. G. Clyne(d.), *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations* (pp. 1-9). Walter de Gruyter.

Existem muitas outras línguas pluricêntricas espalhadas pelo mundo (e.g. espanhol, francês, inglês, árabe, suaíli, chinês). A forma como as autoridades dos vários países envolvidos gerem o pluricentrismo é que é diversa.

Como é que o conceito de língua pluricêntrica entrou no discurso político?

Em 1996, foi criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). De acordo com a história contada no seu sítio internet institucional, “A ideia de criação de uma comunidade de países e povos que partilham a Língua Portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia – foi sonhada por muitos ao longo dos tempos.”⁵. Ainda de acordo com a mesma fonte, “O primeiro passo concreto no processo de criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa (...)”, no decurso do qual se decidiu “criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade [sic].”

O *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa* (conhecido como *Plano de Ação de Brasília* ou simplesmente *PAB*)⁶, que constitui um documento anexo à resolução da VI Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP realizada em Brasília, em 31 de março de 2010, estabelece estratégias várias e linhas de ação para a internacionalização da língua portuguesa. Este plano acabou por tornar-se o documento fundador daquilo que viria a ser a consagração de uma nova gestão da língua portuguesa enquanto língua pluricêntrica, partilhada entre todos os Estados-membros da CPLP, sob coordenação do IILP, a quem foi atribuída a incumbência de produzir um vocabulário ortográfico comum, previsto no “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, de 1990⁷.

O *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*⁸ (também conhecido por *VOC*) a par do *Portal do Professor de Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna (PPPPE)*⁹ vieram a constituir os primeiros projetos pluricêntricos desenvolvidos pelo IILP. Ambos os recursos merecem a melhor atenção dos professores de português em Portugal e em todo o espaço onde se ensina português.

Edleise Mendes tem a oportunidade de nos falar do PPPPE, na sua entrevista neste volume. No que respeita ao *VOC*, o computacional inclui atualmente os vocabulários nacionais de cinco países (Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor-Leste), tendo permitido, pela primeira vez na história, articular

⁴ <https://www.cienciavitae.pt/C616-AA28-B019>

⁵ <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>

⁶ Disponível aqui: <https://iilp.wordpress.com/2011/06/15/plano-de-acao-de-brasilia-para-a-promocao-a-difusao-e-a-projecao-da-lingua-portuguesa-2/>

⁷ Para conhecer a história do desenvolvimento do VOC, pode consultar-se Correia, M., Ferreira, J.P., & Almeida, G.M. (2020). A gestão da ortografia da língua portuguesa: do desencontro ao Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa. *Estudis Romànics*, 42, 277-286 - doi: 10.2436/20.2500.01.297

⁸ Ferreira, J. P., Correia, M., & Almeida, G. B. (Eds.) (2017). *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*. Instituto Internacional da Língua Portuguesa / Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [Praia]. <https://voc.cplp.org/>

⁹ <https://ppple.org/>

os vocabulários ortográficos de Brasil¹⁰ e Portugal¹¹, eliminando o cisma que separou os dois países durante mais de cem anos.

O reforço do pluricentrismo faz parte de uma estratégia global, assumida principalmente pelo IILP, que tem sido catapultado à categoria de instância supranacional de gestão das políticas linguísticas do português. Este reforço passa em grande medida pelo apoio à codificação das normas nacionais emergentes do português.

Nesse âmbito, é de notar que alguns países têm dado passos importantes para a afirmação das suas variedades nacionais respetivas. Para alguns deles, a inclusão do seu vocabulário ortográfico nacional no VOC (concluída por Cabo Verde¹², Moçambique¹³ e Timor-Leste¹⁴; em curso por São Tomé e Príncipe) constituiu um primeiro passo nesse sentido; para Moçambique, esse caminho vinha já sendo percorrido há décadas, com a produção de estudos descritivos da variedade moçambicana do português¹⁵ e prossegue atualmente com a execução do *Dicionário do Português de Moçambique (DiPoMo)*¹⁶.

E o Dia Mundial da Língua Portuguesa no meio disto tudo?

Em 2009, a CPLP estabeleceu o dia 5 de maio como o *Dia da Língua Portuguesa e das Culturas Lusófonas* e comemorou-o pela primeira vez em 2010. Em 2019, a UNESCO instituiu o *Dia Mundial da Língua Portuguesa*. No texto da Proclamação do Dia Mundial da Língua Portuguesa, destaca-se o papel do português como primeira língua de globalização e de encontro entre civilizações da Era Moderna, que deixou marcas lexicais em muitas outras línguas e que trouxe delas muitas palavras e expressões depois adotadas por outras línguas, nomeadamente europeias. O reconhecimento do português como língua merecedora de um “Dia Mundial” (a par do árabe, do chinês, do espanhol, do francês, do inglês e do russo, os únicos com dias mundiais e todos línguas oficiais e de trabalho da ONU) reforça o estatuto de grande língua internacional que o português vem granjeando nas últimas décadas. Em texto escrito pelos ministros portugueses dos Negócios Estrangeiros, da Ciência e Ensino Superior, da Educação e da Cultura, pode ler-se:

Ele [o português] foi proclamado pela UNESCO, na sequência da ideia proposta pelo embaixador António Sampaio da Nóvoa e logo acolhida pelos representantes dos países de língua portuguesa aí acreditados; assim se conferindo alcance global ao Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na

¹⁰ Bechara, E. (Coord.) (2017). *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (5.ª edição [adaptada ao VOC]). Academia Brasileira de Letras - <https://voc.cplp.org/index.php?action=von&csl=br>

¹¹ Correia, M., & Ferreira, J.P. (Orgs.) (2017). *VOP - Vocabulário Ortográfico do Português* (2.ª ed.). CELGA-ILTEC, Universidade de Coimbra - <https://voc.cplp.org/index.php?action=von&csl=br>

¹² Monteiro, Adelaide (Coord.) (2017). *VOCALP - Vocabulário Ortográfico Cabo-Verdiano da Língua Portuguesa*. Cátedra Eugénio Tavares de Língua Portuguesa, Universidade de Cabo Verde. <https://voc.cplp.org/index.php?action=von&csl=cv>

¹³ <https://voc.cplp.org/index.php?action=von&csl=mz>

¹⁴ Costa, L. (Coord.) (2017). *VOTL - Vocabulário Ortográfico de Timor-Leste*. Instituto Nacional de Linguística [Díli] - <https://voc.cplp.org/index.php?action=von&csl=tl>

¹⁵ A título de exemplo, refira-se a obra de Gonçalves, P. (2010). *A Génese do Português de Moçambique*. INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda.

¹⁶ Na edição do programa Páginas de Português, de 31 de março de 2021, encontra-se uma entrevista de Inês Machungo, coordenadora do DiPoMo, na qual fala do projeto: <https://www.rtp.pt/play/p263/e532102/paginas-de-portugues>

P

CPLP, criado em 2009. Fica, portanto, bem afirmada a tripla pertença da nossa língua: nossa porque a falamos; nossa porque a partilhamos com os demais países e regiões que a escolheram como língua oficial; e nossa porque é do mundo que também a nós pertence.¹⁷

Também no interior de cada Estado-membro da CPLP, com maior ou menor expressão, vamos assistindo à produção de discurso político de assunção clara do pluricentrismo como roteiro político. Disso é exemplo também o artigo de opinião acima citado, que conclui deste modo:

Os dados de base são conhecidos: a língua de Pessoa e Guimarães Rosa encontra-se entre as mais faladas e as que mais crescem no mundo; usa-se em todos os continentes e é a mais frequente no hemisfério sul. É uma língua pluricêntrica, com diversas variedades de igual valor.¹⁸ [destaques nossos]

O que é que esta história tem a ver com o ensino do português?

O reforço do pluricentrismo nos Estados-Membros da CPLP passa também pelo reconhecimento recíproco das diferentes variedades nacionais. A esse respeito, importa destacar a publicação do n.º 8 da revista *Platô*, dedicado à publicação dos textos vencedores do 1.º concurso IILP/Itamaraty de Artigos Científicos sobre a Língua Portuguesa¹⁹, que nos traz artigos muito interessantes.

O reconhecimento recíproco das diferentes variedades nacionais e o respeito por elas tem a ver diretamente com o nosso trabalho enquanto professores.

Antes de mais, reconhecer as diferentes variedades nacionais implica aceitar que elas existem e têm igual valor, umas mais codificadas do que outras, e que o seu uso é legítimo em qualquer espaço da língua portuguesa, no dia a dia – e.g., a variedade brasileira em Portugal e vice-versa, a portuguesa ou a brasileira nos demais países e vice-versa. Neste contexto, são inaceitáveis as situações de discriminação, na escola, de que são alvo estudantes que falam variedades de português diferentes da falada em Portugal, situações que ocorrem em todos os graus de ensino e enchem páginas de jornais e caixas de comentários nas redes sociais.

Reconhecer variedades nacionais implica assumir a variação linguística não como problema a ser dirimido pela escola, mas antes como característica fundamental das línguas, e, em consequência, do português, a ser ensinada pela escola. A sua abordagem exige do professor de português a compreensão dos conceitos de norma, de variação e também de contacto linguístico (e há muita bibliografia de sociolinguística disponível, sem custos, em linha, nomeadamente em língua portuguesa) e conhecimento das características essenciais das diferentes variedades da língua portuguesa (além de termos disponíveis muitos textos, orais e escritos, nomeadamente textos literários, que ilustram essas variedades, também existe já muita bibliografia sobre o assunto, a que é possível aceder em linha, como é o caso do número da *Platô* acima referido).

¹⁷ Silva, A. Santos, Heitor, M., Rodrigues, T. Brandão, & Fonseca, G. (2021). O valor global da língua portuguesa. *Público*, 5 de maio de 2021. <https://www.publico.pt/2020/05/05/culturaipsilon/noticia/valor-global-lingua-portuguesa-1915060>

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ IILP/Itamaraty. orgs. 2021. *Platô*. V.4, N.8, 157 pp. https://iilp.cplp.org/plato/numeros_publicados.html

Para ensinar a variação em português não se pede ao professor que assuma, na leção, qualquer variedade diferente da sua; o professor usará a sua própria variedade, claro está, mas não desconhecerá, negará, ocultará ou desvalorizará a existência das demais.

O reconhecimento das variedades nacionais apresenta desafios concretos ao professor, especialmente ao de português, na sua prática letiva. Entre esses desafios, poderemos prever os seguintes:

- Como gerir a coexistência, no mesmo espaço de aula, de variedades diferentes?
- Como compatibilizar a coexistência dessas variedades com aquilo que é determinado pelas Aprendizagens Essenciais e orientações curriculares no que respeita à norma-padrão em vigor em Portugal?
- O que é e onde está descrita a norma que é ensinada nas escolas brasileiras?
- Como abordar a variação em sala de aula nos diferentes contextos de ensino de português (e.g., como língua materna, segunda, estrangeira, de acolhimento) e nos diferentes graus de ensino?
- Como garantir que nenhum dos nossos alunos será prejudicado, antes, bem-sucedido quando submetido a avaliação externa, *vulgo*, provas de aferição e exames nacionais?

Qual o contributo desta *Palavras – revista em linha* para ajudar a enfrentar estes desafios?

Traçado o quadro anterior, poderão ficar mais claras as motivações para as escolhas feitas na organização deste número.

Logo a abrir, temos uma excelente entrevista, conduzida por Paulo Feytor Pinto, a Edleise Mendes, professora da Universidade Federal da Bahia, que esteve na génese e faz parte da coordenação do projeto PPPLE e que nos fala sobre o conceito de norma e as diferentes dimensões e abordagens do pluricentrismo.

O trabalho de Ana Luísa Costa, sobre o ensino do português como língua pluricêntrica, partindo da consciência linguística à consciência da variação linguística, compõe a secção Pedagogia e Didática.

Na secção *Exempli Gratia*, Josefa Cardoso e Alexandre Dias Pinto contam-nos uma experiência de ensino do português como língua não materna, parte do projeto #EstudoEmCasa, na qual se aborda a questão da variação. Já a secção Estudos Linguísticos nos traz três contributos dignos de nota: de Carlos Alberto Faraco, um dos mais reconhecidos linguistas brasileiros da atualidade, uma visão sobre norma-padrão no Brasil e ensino; Carla Maria Ataíde Maciel fornece-nos valiosos recursos para uma abordagem pluricêntrica da língua portuguesa com foco no português de Moçambique; Paulo Feytor Pinto desenvolve o conceito de língua pluricêntrica e conduz-nos pela história do desenvolvimento do conceito de pluricentrismo em Portugal.

A Oficina Pedagógica propõe-nos conhecer Portugal na aula de PLE e dirige-se a alunos oriundos da China.

Em destaque neste número, trazemos três textos fundamentais de três entidades do Ministério da Educação que abordam a questão do pluricentrismo no âmbito do ensino: em primeiro lugar, João Costa, Secretário de Estado Adjunto e da Educação, explica-nos como é a língua pluricêntrica do canhoto que nos escreve; a Direção do IAVE aborda a questão do tratamento da norma no âmbito da avaliação externa; por fim, Eulália Alexandre, Diretora Geral de Educação, fala da língua portuguesa enquanto funda-

P

mento da soberania nacional. Alguma dissonância patente na abordagem do tema por estas entidades demonstra que fica muito por discutir e muito trabalho por fazer.

Algumas respostas para esta dissonância, que é simultaneamente um problema teórico e político, podem ser encontradas noutros lugares dos Destaques.

Nos Lugares virtuais, podemos, por exemplo, refletir sobre o papel da flexibilidade e da autonomia das escolas no âmbito das Aprendizagens Essenciais e ver como algumas experiências de aprendizagem podem constituir uma resposta de âmbito curricular, por meio de ‘boas práticas’ que estão ao alcance das escolas.

Uma resposta ao problema do cânone, que é na sua essência accidental, é dada pelo escritor Albert Cossery, cujo desprendimento material e político seriam ainda hoje uma rutura minimal radical, defende, numa depuração análoga à da sua obra, que não há mais do que dez livros por século que valem efetivamente a pena – esse seria, não um mínimo, mas um *máximo* verdadeiramente essencial, tal como, em termos curriculares, se assumem as aprendizagens essenciais, que pressupõem que um aluno do 10.º ano, por exemplo, deve “conhecer a origem, a evolução e a distribuição geográfica do Português no mundo”, enquanto um do 7.º ano deve “reconhecer traços da variação da língua portuguesa de natureza geográfica”, e os de 8.º ano os de “natureza social”, e os de 9.º os de “natureza diacrónica”.

Por outro lado, destacamos o contributo de Valerie Hannon, que mostra como a autonomia exige inovação e uma liderança educativa que deve ser mais do que apenas ‘competente’ – ela ajuda-nos a refletir sobre a liderança necessária numa época decisiva como a nossa, que tem de lidar com várias crises e o próprio declínio da democracia, mas também com a coexistência, no mesmo espaço de aula, de variedades diferentes da língua portuguesa.

Nos Destaques bibliográficos fala-se em ‘tempos de perplexidade’ e na resposta que podemos dar aos falantes de outras línguas que querem aprender português. Noutros Lugares virtuais, o Museu da Língua Portuguesa ajuda-nos a pensar como a experiência da migração no século XXI, um dos grandes problemas do nosso tempo (“talvez depois do Holocausto a maior tragédia que já vimos na Europa”, diz Gianfranco Rosi, o autor do notável *Notturmo*, sobre a crise dos refugiados), é atravessada pela questão da língua, que é em si uma visão do mundo com os seus provérbios, as suas sonoridades, os seus ritmos, a sua própria poética – nas suas variantes mesmas.

Uma resposta ‘final’ a estas dúvidas e dissonâncias é dada por vários autores: os autores das 101 palavras e do Tempo de ler, mas também por Saramago, cujo centenário do nascimento se comemora desde o mês de novembro de 2021: “Não temos outra coisa (que palavras). Somos as palavras que usamos. A nossa vida é isso.” “O que há num nome?”, pergunta por outro lado, na obra homónima, Ana Luísa Amaral, em diálogo com Shakespeare, que pergunta “Se fosse dado outro nome/ À rosa, seria menos doce o seu perfume?”.

A tudo isto responde o ensaísta Paul Kingsnorth: “A terra não fala em prosa.” A vida ‘normal’, alega Kingsnorth, era um suicídio: ‘normal’ era o desejo de ter um telemóvel inteligente, voos baratos, vida fácil e uma tecnocultura globalizada que provocou na Terra a maior extinção em massa de vida. ‘Normais’ são os incêndios na Amazónia, os oceanos vazios pela pesca excessiva, a escassez de água e a destruição

da vida selvagem. ‘Normal’, diríamos nós, era discriminar, na escola, estudantes que falam variedades de português diferentes da falada em Portugal. Precisamos, diz Paul Kingsnorth, retomando Voltaire, de cultivar o nosso jardim – e este ‘jardim à beira-mar plantado’ cresceu linguisticamente em múltiplos jardins em muitos países do mundo, e todos esses jardins precisam de ser regados, cultivados e cuidados, tal como a democracia, para não entrarem em declínio.

Em nome da editora convidada, da Associação de Professores de Português, e também em nosso nome pessoal, queremos deixar aqui uma palavra de agradecimento a todos os autores que generosamente encontraram tempo para produzir os excelentes textos que compõem este número da *Palavras – Revista em Linha*.

